

Recursos para o STJ e STF: Quando e Como Utilizá-los na Advocacia Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | setembro 2, 2024



Introdução

A atuação junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) é uma parte essencial da advocacia criminal, especialmente quando se busca a correção de decisões judiciais que possam ter aplicado de forma equivocada as normas constitucionais e infraconstitucionais. Este artigo oferece uma visão detalhada sobre os fundamentos

jurídicos e os procedimentos para a interposição de recursos nesses tribunais, destacando a importância e as peculiaridades de cada tipo de recurso.

A Importância dos Recursos para o STJ e STF

Função do STJ e STF

O STJ e o STF são tribunais superiores com funções específicas e complementares no sistema judiciário brasileiro. O STJ é responsável por garantir a uniformidade da interpretação das normas infraconstitucionais, ou seja, aquelas que não estão diretamente previstas na Constituição Federal. Já o STF é o guardião da Constituição, encarregado de assegurar a sua interpretação e aplicação corretas.

Necessidade de Conhecimento sobre Recursos

Entender os recursos para o STJ e STF é crucial para qualquer advogado criminalista, pois esses tribunais têm a capacidade de revisar e corrigir decisões judiciais que possam ter sido equivocadas. A interposição de recursos adequados pode resultar na reforma de decisões prejudiciais e na garantia de que os direitos dos acusados sejam respeitados.

Previsão Legal dos Recursos

Código de Processo Civil (CPC)

A legislação que rege os recursos para o STJ e STF, incluindo os requisitos e procedimentos, está principalmente no Código de Processo Civil (CPC) e na Constituição Federal. O artigo 1.029 do CPC detalha os requisitos para a interposição de recurso extraordinário e recurso especial:

- **Exposição do fato e do direito**
- **Demonstração do cabimento do recurso**

- **Razões do pedido de reforma ou invalidação da decisão recorrida**

Além disso, quando o recurso se baseia em dissídio jurisprudencial, é necessário provar a divergência com documentos ou citações de jurisprudência.

Constituição Federal

A Constituição Federal também estabelece as competências do STF e do STJ para julgar recursos:

- **Art. 102 (STF):** Define as competências do STF, incluindo a guarda da Constituição e o julgamento de recursos extraordinários em casos de inconstitucionalidade.
- **Art. 105 (STJ):** Estabelece as competências do STJ, incluindo o julgamento de recursos especiais em casos de contrariedade a tratados ou leis federais.

Tipos de Recursos e Seus Requisitos

Recurso Especial (RESP) e Recurso Extraordinário (RE)

Requisitos

- **Fundamentação Vinculada:** Apenas questões de direito podem ser impugnadas; não é permitido o reexame de provas.
- **Esgotamento de Recursos Ordinários:** Todos os recursos ordinários devem ter sido esgotados antes da interposição.
- **Prequestionamento:** As questões legais devem ter sido debatidas e decididas nas instâncias inferiores. No caso do STJ, o prequestionamento deve ser explícito; para o STF, pode ser implícito.

- **Repercussão Geral (STF):** No recurso extraordinário, é necessário demonstrar que a questão possui relevância social, política, econômica ou jurídica que transcende os interesses das partes.

Prazo

O prazo para interposição de ambos os recursos é de 15 dias corridos na esfera penal.

Recurso Ordinário Constitucional

Características

- **Fundamentação Livre:** Permite a devolução total das matérias apreciadas pelas instâncias inferiores.
- **Cabimento:** Contra decisões denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança proferidas em segunda instância ou por Tribunal Superior.

Procedimento

- **Interposição:** Deve ser endereçada ao Presidente do Tribunal que proferiu a decisão denegatória.
- **Razões Recursais:** Devem ser anexadas à petição de interposição e dirigidas ao STF ou STJ, conforme o caso.

Prazo

- **Habeas Corpus:** 5 dias corridos.
- **Mandado de Segurança:** 15 dias corridos.

Conclusão

Os recursos para o STJ e STF são ferramentas fundamentais na

advocacia criminal para assegurar a correta aplicação das normas jurídicas e a proteção dos direitos fundamentais dos acusados. No entanto, a interposição desses recursos exige um profundo conhecimento das peculiaridades e requisitos legais, demandando experiência e competência por parte do advogado criminalista. Com a devida preparação e entendimento, é possível utilizar esses recursos de forma eficaz para buscar a justiça e a equidade no sistema penal brasileiro.